

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES E AÇÕES EM ÂMBITO REGIONAL

*Erica Karnopp*¹

*Wanderleia Elizabeth Brinckmann*²

*Andyara Lima Barbosa Viana*³

*Dionei Delevati*⁴

*Heron Sérgio Moreira Begnis*⁵

*Liliane Marquardt*⁶

*Marcondes Lazzari*⁷

*Martha Cecília Hernández Hernández*⁸

Resumo

Este artigo procura analisar a temática “Desenvolvimento Rural Sustentável” articulando a esta discussão a experiência desenvolvida na região do Vale do Rio Pardo, através do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, que busca viabilizar alternativas que promovam a

¹ Professora do Departamento de História e Geografia, Mestre em Extensão Rural e Coordenadora do Programa “Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo”.

² Professora do Departamento de História e Geografia, Mestre em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Tecno-Ambiental e Coordenadora do Programa “Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo”.

³ Professora do Departamento de História e Geografia, Mestranda em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Econômico-Organizacional e Coordenadora do Projeto “Turismo Rural – Vale do Sol”.

⁴ Eng^a. Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Econômico-Organizacional e Coordenador do Projeto “PRORENDA – Agricultura Familiar”.

⁵ Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Mestre em Economia Rural e Coordenador do Projeto “Acompanhamento do Mercado de Produtos Agropecuários na Região do Vale do Rio Pardo”.

⁶ Professora do Departamento de Química e Física, Mestre em Engenharia de Produção e Coordenadora do Projeto “Implantação de uma Planta Piloto para o Desenvolvimento da Agroindústria de Embutidos”.

⁷ Eng^o. Agrônomo, Mestre em Agronomia – Área de Concentração: Produção Vegetal, Pesquisador da UNISC e Coordenador do Projeto “Diversificação da Produção Agrícola nos Municípios da Região do Vale do Rio Pardo”.

⁸ Professora do Departamento de Ciências Biológicas, Mestre em Ciências Pesqueiras e Coordenadora do Projeto “Avaliação das Tecnologias de Produção de Peixes e Inovação no Manejo de Alimentos para Piscicultura, no Município de Cerro Branco, RS, Brasil”.

melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, tendo em vista o desenvolvimento agropecuário da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável.

Abstract

This article aims to analyze the thematic "Maintainable Rural Development" articulating to this discussion the experience developed in the region of the Rio Pardo River Valley, through the Program of Maintainable Rural Development, that tries to make possible alternatives to promote the improvement of the quality of the family farmers' life, looking at the agricultural development of the area.

Keywords: Maintainable rural development.

I INTRODUÇÃO

1.1 Situando a temática

Nos últimos vinte anos, o desenvolvimento rural tem sido tema de debate, predominando a preocupação com os problemas ambientais globais, levando à consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento econômico e social: a *sustentabilidade*.

A partir daí, surgiram várias definições para explicar o entendimento por agricultura sustentável. A maioria delas procura expressar a necessidade de estabelecer-se um novo padrão produtivo que não agrida o meio ambiente e que mantenha as características dos agroecossistemas a longo prazo. Por outro lado, vê-se como provável, *a priori*, o desenvolvimento sustentável combinando práticas convencionais e alternativas. No entanto, a definição de agricultura sustentável ainda permanece cercada de imprecisões, permitindo abrigar desde aqueles que defendem simples ajustes no atual padrão produtivo, até os que vêem um objetivo de longo prazo que possibilite mudanças estruturais em toda a sociedade.

O presente artigo tem por finalidade, fazer algumas reflexões a respeito desta temática, articulando a esta discussão a experiência desenvolvida na região do Vale do Rio Pardo, através do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável.

Entende-se, a partir dos autores consultados, que as bases consensuais do desenvolvimento sustentável referem-se à sustentabilidade econômica, social e ambiental expressas com clareza no Relatório Nosso Futuro Comum (1991), quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento reconhece

que, da forma como vem sendo conseguido o progresso econômico, através da exploração indiscriminada e predatória da natureza, se não forem tomadas medidas de controle, a tendência é comprometer a própria vida humana. (Nosso Futuro Comum, 1991; Ehlers, 1997)

As mudanças progressivas do ambiente humano mostram que esses impactos, cada vez mais fortes, sobre o ambiente global, vêm comprometendo a qualidade e a manutenção da vida. É inegável a existência de uma crise mundial que, além de econômica, é ambiental e, para muitos, também ética.

Neste contexto, entende-se o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Tal conceito contém duas noções-chave: 1. as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2. a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades das gerações futuras. Em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre estes e a natureza. (Nosso Futuro Comum, 1991; Ehlers, 1997; Coriolano, 1998).

No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80, as quais as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram superar, a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e conhecimento em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um modelo de desenvolvimento não-equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de auto-corrigir-se (Nosso Futuro Comum, 1991; Altieri, 1989 e 1995; Ehlers, 1997; Coriolano, 1998).

Segundo o Programa de Desenvolvimento Sustentável proposto e executado pela UNISC em parceria com outras Instituições locais e nacionais, a estratégia de desenvolvimento do meio rural volta-se para a intensificação de esforços entre os agentes públicos e privados, no sentido de dotar os municípios/agricultores de conhecimentos e tecnologias integradas, eficientes, ambientalmente corretas e

economicamente viáveis.

Segundo essa concepção atribui-se à agricultura as funções de:

- atividade econômica estruturadora, do desenvolvimento local, em municípios de base rural;

- atividade de forte impacto sobre a base física do município, guardando íntima relação com as políticas de ordenamento territorial, de recursos hídricos, de comercialização e primordialmente de meio ambiente;

- atividade de impacto na economia municipal, justificando plenamente a alocação de recursos públicos para investimento, em uma política agrícola que atenda as demandas regionais;

- atividade determinante do aumento do bem-estar social e da qualidade de vida, uma vez que visa uma produção ambientalmente correta e economicamente viável, tendo como principal objetivo a promoção do desenvolvimento local, visto como um

“... processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona, capaz de estimular e diversificar seu crescimento econômico, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade local, sendo o resultado de um compromisso que compreende o espaço como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de grupos e de indivíduos.” (Comitê Econômico Social da Comunidade Européia, 1995)

1.2 A agricultura numa visão sustentável

O desenvolvimento da agricultura moderna no Brasil acelerou-se a partir da década de 1940/50, com as inovações que surgiram: agrotóxicos, para o controle de pragas e ervas daninhas, fertilizantes químicos, máquinas agrícolas, sementes híbridas e, mais recentemente, a biotecnologia, na qual encontra-se a tecnologia transgênica que permite a produção de novas cultivares de vegetais e clonagem de animais. Essas transformações caracterizam um modelo agrícola químico-mecânico-genético que, através da difusão internacional, a partir dos anos 60, provocou mudanças na produtividade agrícola mais rápidas e profundas que em toda a história da humanidade. No que se refere, estritamente, ao Brasil, a chamada “modernização conservadora” passou a difundir-se também nos anos 60, quando apareceram condições políticas favoráveis à implantação deste modelo agrícola. Enquanto isso, a produtividade agrícola, desde 1985, apresenta-se em declínio devido à degradação

ambiental, diminuição das áreas de plantio, fatores aos quais se somam outros não diretamente vinculados à agricultura mas que a afetam em profundidade, como a poluição do ar, a chuva ácida e as transformações na camada de ozônio (Nosso Futuro Comum, 1991; Abramovay, 1992; Guivant, 1995; Almeida e Navarro, 1998).

Um novo paradigma está sendo construído e a agricultura, entendida como uma totalidade envolvendo diversos níveis de interdependência (troca de energia, ciclo de nutrientes e água, manutenção das populações etc.) entre cultivo, fauna, solo, floresta, rios, deverá interagir com as populações humanas. Assim, as propostas a favor de uma agricultura que se desenvolva segundo princípios biológicos, com reduzida ou sem aplicação de insumos químicos, não são novas: foi fundamentalmente na última década, à medida que as conseqüências da utilização da tecnologia dominante tornaram-se mais evidentes, que a necessidade de uma transformação visando à sustentabilidade agrícola obteve o reconhecimento como alternativa economicamente viável e não como um sonho ou prática limitada a pequenos grupos romântico-radical (Nosso Futuro Comum, 1991), isto porque nos últimos anos, em países altamente industrializados, tem aumentado o mercado consumidor de produtos orgânicos, bem como o número de produtores que abandonam as práticas convencionais, num processo em que as políticas agrícolas estão sendo questionadas e repensadas na direção da sustentabilidade. Nos países subdesenvolvidos, algumas experiências importantes estão sendo realizadas, ainda que com fraca pressão do mercado consumidor.

Dessa forma destacam-se dois tipos importantes de sustentabilidade agrícola; a orgânica e a de insumos químicos reduzidos. Enquanto a *agricultura orgânica* tem compromisso primordial de proteger o meio ambiente e a saúde, objetivando a produtividade a longo prazo e não sua maximização imediata (Vogtmann et al, 1987), pois trata-se de uma produção agrícola dirigida ao mercado de consumidores alternativos, mantendo, portanto, uma perspectiva comercial. A *agricultura de insumos químicos reduzidos* vincula-se à priorização da questão econômica, sendo seu objetivo fundamental a diminuição dos custos de produção, que é conseguida mediante a redução parcial dos insumos químicos e a menor utilização das fontes de energia não renováveis. Esta alternativa implica o reconhecimento de que nem todo agricultor pode eliminar o uso de insumos químicos e continuar competitivo no mercado (Buttel et al. (1987) apud Guivant, 1995). Neste tipo de agricultura, há experiências que consistem no emprego mais racional dos insumos químicos, apontando uma saída para um dos grandes problemas da agricultura convencional, que é a sua utilização excessiva e perniciosa.

Esta experiência de limitação de insumos vincula-se à aplicação controlada de produtos químicos com o objetivo de causar menos impacto ambiental, diminuindo os riscos de contaminação dos alimentos e visando maior redução dos custos para o

produtor.

Um outro tipo de experiência é a da adoção do manejo integrado de pragas, fundamentalmente nas monoculturas de soja, trigo, algodão, café e cítricos. Na EMBRAPA⁹ e nos órgãos de pesquisa agrícola estaduais, observa-se a realização de pesquisas sobre técnicas sustentáveis, sendo muitas delas já aplicadas com resultados bastante favoráveis entre os produtores. Assim é que, nos Estados do Sul, o pulgão de trigo é controlado praticamente sem o uso de pesticidas (só 3% dos produtores do Rio Grande do Sul continuam recorrendo a eles). Também no Rio Grande do Sul reduziu-se o uso de inseticidas nas lavouras de soja (Primavesi, 1988; *Guia Rural*, jan. 1990: 40-45; Gravena, 1987 apud Guivant, 1995).

De acordo com Guivant (1995), o National Research Council dos Estados Unidos (1989) afirma que: (1) As propriedades rurais que praticam agricultura sustentável são mais eficientes em termos de consumo energético, já que não utilizam ou reduzem o uso dos insumos químicos. (2) Os métodos agrícolas sustentáveis podem aumentar o custo de mão-de-obra, no caso de carecer de trabalho especializado, mas isso pode variar significativamente segundo o tipo de cultivo. (3) As propriedades rurais com agricultura sustentável, quando bem administradas, podem ser mais rentáveis que as convencionais, o que é possibilitado pela diversificação da produção. (4) Os solos acham-se em condições produtivas bem melhores quando tratados segundo técnicas e práticas sustentáveis, possibilitando colheitas mais resistentes às pragas. (5) A renda bruta dos produtores que optam pelos meios sustentáveis, na maioria dos casos estudados, é igual ou até maior que a obtida pelos agricultores convencionais (Reijntjes, 1992; Guivant, 1995).

Segundo a análise apresentada por Reijntjes et al. (1992), entende-se por transição o processo de conversão de uma agricultura convencional, desequilibrada ou tradicional para uma agricultura econômica, ecológica e socialmente equilibrada. É um processo que pode levar vários anos e, como as condições para a produção agrícola geralmente se modificam, os agricultores devem mostrar capacidade de adaptação, com o objetivo de uma transição bem-sucedida, realizando investimentos adequados em trabalho, terra e capital. É difícil generalizar e concluir sobre o prazo requerido para os rendimentos se equivalerem aos da agricultura convencional, mas a estimativa é de um período de três a quatro anos.

Tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, entre os fatores fundamentais para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, deve destacar-se os papéis que cabem ao Estado (políticas públicas), às instituições de pesquisa, às transnacionais do setor alimentício e agrícola, ONG's, movimentos populares e outras instituições e organizações em nível local, nacional e internacional. Conceder

⁹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

créditos adicionais pode ser um grande estímulo para os produtores que não estão totalmente convencidos de uma nova forma de agricultura, ao que deve se reunir outras possibilidades provenientes de processos de desenvolvimento de uma tecnologia participativa. O atendimento às necessidades básicas dos agricultores e sua integração nos processos de experimentação e avaliação de novas técnicas, num processo que integre o conhecimento prático com o técnico, facilita a difusão de experiências entre as unidades produtivas sustentáveis às quais pode se acrescentar estratégias integradas que envolvam componentes técnicos, comerciais, legislativos, motivacionais, educacionais e políticos. Daí se evidencia que para atingir a sustentabilidade agrícola, ainda que na sua forma de redução de insumos externos e de práticas conservacionistas, se requer um processo de alta complexidade. As perspectivas não se mostram necessariamente pessimistas, ainda que não excluam conflitos e contradições de diversos graus, aliados a obstáculos técnicos. (Reijntjes, 1992; Altieri, 1995; Guivant, 1995; Ehlers, 1997)

A transição para a agricultura sustentável requer fundamentalmente o conhecimento das interações biológicas, físicas e químicas, o que deve ser acompanhado por uma forma adequada de administração econômica da propriedade rural.

Desta forma, para alcançar o desenvolvimento rural com bases sustentáveis, deve-se levar em consideração:

- a dimensão local que constitui o nível geográfico ideal, capaz de mobilizar e permitir que os habitantes se façam participantes de um projeto e consigam trabalhar juntos;
- o tempo, um dos elementos sempre presentes, ou seja, devem ser estabelecidos prazos para a execução de um programa local;
- os produtos locais (naturais e econômicos) devem ser divulgados utilizando as mais avançadas estratégias de divulgação;
- os conhecimentos locais, que passam a ser os protagonistas da dinâmica social, já que todos os habitantes devem ser os realizadores de seu desenvolvimento, através de um esforço conjunto;
- a liderança organizada, com vontade política claramente expressa, que deve manter a capacidade de aprendizagem permanente.

Os agentes sociais devem estar abertos aos pactos e parcerias, programas e projetos articulados inteligentemente de forma a garantir o desenvolvimento sustentável. (Reijntjes, 1992; Guivant, 1995; Ehlers, 1997; Coriolano, 1998).

II DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

2.1 Uma proposta regional

A Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, na condição de Universidade Comunitária, sempre manifestou seu compromisso com o desenvolvimento social, científico e tecnológico, definindo-se como uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional.

A regionalização para a UNISC significa sua integração na região, com base na prestação de serviços, na realização de pesquisas, na transferência de tecnologia, na extensão do conhecimento universitário visando atender as especificidades regionais.

Em relação ao tema desenvolvimento rural, a Universidade, conhecedora do potencial agrícola, vem atuando na região do Vale do Rio Pardo.

Formada por 24 municípios, a região é atualmente uma das áreas mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul. Em um espaço territorial de 15,5 mil quilômetros quadrados, vivem aproximadamente 428 mil pessoas, sendo ainda uma região privilegiada, tendo em vista que cerca de 50% da população vive no meio rural. (Banco de Dados, UNISC, 1998)

Uma estrutura fundiária baseada na predominância de minifúndios é um dos fatores que vem explicar a tendência para a diversificação da produção agropecuária na região. O Censo Agropecuário de 1992 revela que, do total das propriedades rurais do Vale do Rio Pardo, 17,24% possuem entre 1 a 5 hectares; 23,32%, entre 5 e 10 hectares; 28,38%, entre 10 e 20 hectares; 25,29%, entre 20 e 100 hectares e apenas 4,5% entre 100 e 2.000 hectares.

A experiência já adquirida pela Universidade através da promoção e desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da comunidade rural regional, impulsionou a Instituição à criação de um Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo.

O planejamento e a organização desse Programa buscaram considerar o caminho já percorrido na área temática (Desenvolvimento Rural) através das diversas atividades de pesquisa, que procuraram sempre atender à região, às suas especificidades, potencialidades e necessidades, de forma a criar as bases científicas e tecnológicas necessárias e imprescindíveis ao desenvolvimento rural.

A formação histórica do capitalismo na agricultura na Região do Vale do Rio Pardo está historicamente vinculada à produção de fumo. A acumulação de capital, estimulada pelas exportações de fumo, deu origem às atividades de industrialização e beneficiamento. Uma característica deste estilo de desenvolvimento na região é a presença das empresas transnacionais, que formam, junto com parcelas do capital nacional, o que se denomina de Complexo Agroindustrial Fumageiro. Um traço

característico desse complexo é a “integração” dos agricultores familiares. Nessa “relação social” são as empresas que decidem sobre a produção. Nesse sentido, acontece uma transferência das decisões, não sendo os agricultores os controladores do processo produtivo. Entretanto, observa-se a preocupação das instituições regionais, no sentido de encontrar outras alternativas produtivas e de geração de renda para os agricultores. A dinâmica da produção, por outro lado, também tem significado a destruição sistemática dos recursos naturais.

A partir do cenário apresentado, conclui-se que o modelo de desenvolvimento vigente, cujo objetivo central é a obtenção de altas taxas de produtividade, deva ser reorientado, preservando os agroecossistemas, a fim de combinar a produção com a sustentabilidade. Trata-se de entender a agricultura como uma totalidade, o que implica em considerar as diversas relações de interdependência que se estabelecem.

Neste contexto, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável foi criado, tendo como objetivo viabilizar alternativas que promovam a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, tendo em vista o desenvolvimento agropecuário da região.

Este Programa procura envolver a parceria de entidades como a EMBRAPA, representada pelo Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado – CPACT, a EMATER/RS¹⁰, a AFUBRA¹¹, o CAPA¹² e as Prefeituras Municipais da Região, que de longa data, têm acompanhado as atividades vinculadas à agricultura.

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, criado em 1996, realizou um diagnóstico dos municípios da região que se conveniaram ao Programa (Cerro Branco, Pantano Grande e Vale do Sol), destacando os aspectos físico-geográficos, sociais, econômicos, agropecuários e o levantamento dos problemas e potencialidades, com o intuito de conhecer-se a vocação agrícola regional e apresentar alternativas para a diversificação das propriedades rurais.

Partiu-se da identificação dos sistemas de produção¹³ dominantes na região, bem como do conhecimento acerca do tipo de produtores e das culturas predominantes, propondo-se viabilizar alternativas que representassem a transposição de obstáculos econômicos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento agropecuário da região.

Neste sentido, desenvolve-se este Programa de pesquisa e de desenvolvimento que integra várias áreas do conhecimento, buscando não só o aumento da produtividade, mas, também, novas formas de incentivo à produção, à diversificação

¹⁰ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

¹¹ Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA.

¹² Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA.

¹³ Por sistema de produção, entende-se a combinação de atividades agropecuárias que se integram, com uma lógica técnico-econômica na propriedade.

agrícola, novas formas de processamento agroindustrial e novas vias de comercialização, através da organização e participação dos agricultores familiares no contexto sócio-econômico regional.

De acordo com as demandas verificadas nos municípios da região e buscando estimular o desenvolvimento da agricultura familiar, apresentamos no tópico a seguir, algumas ações desenvolvidas em âmbito regional.

2.2 Ações em âmbito regional

2.2.1 Diversificação da produção agrícola – uma alternativa para a agricultura familiar

A Região do Vale do Rio Pardo caracteriza-se por uma agricultura basicamente de minifúndios. Dentre os problemas que enfrenta, destaca-se a baixa produtividade das lavouras cultivadas e a falta de diversificação da produção agrícola comercial. Isto, além de limitar a oferta de produtos agrícolas, diminui a rentabilidade da propriedade familiar, predominante na região.

A escassez de alternativas de produção e a baixa produtividade agrícola, geram reduzido nível de renda no setor rural, impondo uma condição de vida precária e dificultando a satisfação das necessidades básicas da maioria da população. Além disso, a predominância da produção fumageira faz com que os agricultores estejam suscetíveis às flutuações do mercado mundial.

O melhor desempenho de culturas predominantes na região, bem como a introdução de novas culturas com capacidade de produção e comercialização, podem contribuir consideravelmente para aumentar a renda dos agricultores. Neste contexto, verificou-se a necessidade de utilizar a opção de diversificação da produção de propriedades rurais, bem como de tornar o processo produtivo mais eficiente. Desta forma, objetivou-se identificar e trabalhar com culturas que poderiam contribuir para melhorar a renda familiar e a qualidade de vida, através da diversificação da produção agrícola.

De acordo com a atual situação da agricultura na região do Vale do Rio Pardo, identificou-se, através de um diagnóstico, que culturas como a do pessegueiro e milho poderiam promover maior diversificação e conseqüente aumento de renda, pois apesar de encontradas nos estabelecimentos rurais, tem respectivamente, utilização marginal e carência de otimização das técnicas de produção e conservação.

Coube, portanto, identificar cultivares de pêsego adaptáveis às condições edafo-climáticas locais, de forma a atender duas finalidades: consumo *in natura* e conserva. Existem cultivares que atendem as duas alternativas, mas que nem sempre adaptam-se ao ambiente local. Dentre as cultivares testadas pela EMBRAPA/CPACT, a Riograndense, Maciel, Eldorado, Granada e Leonense, possuem dupla

finalidade. Outras, atendem apenas a uma das alternativas de comércio. Devido às características climáticas regionais e às perspectivas dos produtores dos municípios do Vale do Rio Pardo, verificou-se a necessidade de implantar cultivares que produzam precocemente, sendo comercializadas antes que o mercado esteja saturado com o produto.

No ano de 1998, implantou-se 4,5ha da cultura do pessegueiro, num total de 2.250 mudas, onde cada pomar formado tem, em média, 0,5ha (250 mudas). Estes, foram instalados, nos municípios de Pantano Grande e Vale do Sol, respectivamente na quantidade de seis e três pomares. Para o ano de 1999 está prevista a implantação de mais 5.250 mudas de pessegueiro numa área total de 10,5ha, em módulos de 0,5ha (250 mudas) por produtor rural. Os municípios participantes são Cerro Branco, Vera Cruz e Rio Pardo, cada um com seis módulos e o município de Vale do Sol com três módulos. Para a implantação, fez-se necessário um diagnóstico prévio das aptidões edafo-climáticas dos locais e, em função destas características e das condições de mercado, determinou-se as cultivares mais apropriadas. As cultivares utilizadas na implantação do ano de 1998 foram: i) Pampeano, Chimarrita e Premier para consumo *in natura*; e ii) Eldorado, Maciel, Riograndense e Granada para duplo propósito.

Quanto à cultura do milho, pós-fumo, a maioria dos produtores utiliza o resíduo do adubo colocado na cultura anterior e o fim da estação do verão para plantar milho. Em função desta prática ser largamente utilizada na região, verificou-se a importância de buscar técnicas que melhorassem a eficiência econômica da produção. Dentro destas técnicas, num primeiro momento, realizou-se um seminário sobre a cultura, direcionado para a condução do plantio na resteva do fumo, envolvendo o manejo, a secagem e a conservação de grãos.

Buscando melhorar a eficiência produtiva da cultura, instalou-se um ensaio de competição de 20 cultivares de milho na resteva do fumo visando determinar as cultivares mais aptas às condições, sendo que os resultados serão divulgados após a coleta e avaliação dos dados do experimento.

Além disso, trabalha-se continuamente na identificação de culturas que podem diversificar a produção agrícola da Região do Vale do Rio Pardo, respeitando-se sempre a aptidão da região, conforme as características edafo-climáticas, e as condições de mercado tendo como meta final a melhoria da qualidade de vida do produtor rural.

2.2.2 Piscicultura – melhoria nos sistemas de produção

No município de Cerro Branco, RS, a EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura estão fomentando a piscicultura como alternativa de produção rural desde 1989. As principais espécies de peixes que estão sendo criadas com maior

sucesso no município são as carpas chinesas capim (*Ctenopharyngodon idella*), cabeça grande (*Aristichthys nobilis*), prateada (*Hypophthalmichthys molitrix*) e a carpa húngara espelho (variedade melhorada de carpa comum *Cyprinus carpio*). O sistema utilizado na região é o policultivo de carpas chinesas e húngaras, sistema que aproveita a produtividade do viveiro e assegura o equilíbrio entre as diferentes espécies em seus diferentes nichos ecológicos (Marcel, 1990).

Mesmo observando resultados positivos, a atividade não está sendo quantificada sistematicamente e o policultivo realizado baseia-se quase que totalmente na produtividade natural do açude. Este tipo de policultivo só permite densidades baixas de lotação para obter peixes de tamanho comercial (2 - 5Kg) em mais de um ano. Segundo a Emater local, são distribuídos 70.000 alevinos por ano, porém a produção estimada é somente de 20 a 30 toneladas anuais, não existindo dados registrados.

Nesse contexto, a primeira ação realizada em 1998 foi a de avaliar o sistema atual de cultivo para detectar os aspectos técnicos que podem ser melhorados, visando assim aumentar a produtividade. O levantamento foi realizado com 14 produtores distribuídos em 4 regiões do município (Alto Cerro Branco, Linha São Luiz, Serraria Scheidt e Cerro Branco).

Um aspecto importante revelado com este trabalho é que os criadores não têm um registro completo da atividade e, muitas vezes não podem estimar a produção futura, nem comparar resultados, não sabendo exatamente se estão tendo lucro. Foi elaborado um questionário que serve como modelo inicial para estabelecer que tipo de informação deve ser registrada e quantificada (data da colocação de alevinos, número de alevinos por espécie, data da despesca, número e peso dos peixes produzidos por espécie, tipo e peso do alimento utilizado, despesas e trabalho investido, etc).

A produtividade média no município foi de 700kg/hectare ano. Esta baixa produtividade está relacionada à falta de manejo técnico dos cultivos. Através da implantação de técnicas simples, acessíveis ao produtor e de baixo custo (calagem, adubação e uso de alimentos suplementares) esta produtividade pode ser aumentada facilmente.

Os resultados da avaliação foram divulgados através de um curso aos produtores, no qual foram feitas recomendações para um melhor manejo da criação. Foi também proposto um novo esquema de manejo do cultivo, o qual está sendo implantado.

2.2.3 Desenvolvimento do setor agroindustrial em produtos embutidos

O presente projeto integra-se ao Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo atendendo a diversas demandas

regionais, no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida do agricultor através do beneficiamento dos produtos agropecuários.

Deste modo, a implantação de uma Planta Piloto para o desenvolvimento da agroindústria de embutidos, serve como modelo para produtores que objetivam desenvolver produtos diferenciados e com qualidade, estimulando o aumento de renda através da agregação de valor aos produtos industrializados, gerando desta forma um incremento no setor de serviços.

Para que tal objetivo seja atingido, tornam-se imprescindíveis a avaliação de todas as fases da elaboração ou da produção de produtos embutidos; as matérias-primas, ingredientes, materiais utilizados nas embalagens; os equipamentos e utensílios; áreas de processamento e local de armazenamento.

Com a participação de produtores rurais dos municípios de Sinimbu, Santa Cruz, Vera Cruz, Lagoão, Venâncio Aires e Segredo realiza-se a transferência da tecnologia de processamento de embutidos sob a forma de treinamentos e cursos de capacitação relacionados ao uso de novas metodologias de processamento, objetivando melhorias microbiológicas, bromatológicas e organolépticas dos produtos desenvolvidos, buscando, ainda, reduzir custos e otimizar o aproveitamento da matéria-prima até então utilizada.

O projeto objetiva ainda o desenvolvimento científico de um selo padrão de qualidade aos produtos elaborados segundo normas técnicas, com acompanhamento da equipe de pesquisadores realizando visitas técnicas periódicas aos locais de produção. Nestas, são coletadas amostras, as quais são analisadas nos laboratórios da UNISC, para comprovação da qualidade microbiológica das mesmas.

Paralelamente serão realizadas atividades de conscientização sobre a necessidade da realização de análises para controle físico-químico e microbiológico da matéria-prima, equipamentos e produto acabado, garantindo, desta forma, a qualidade dos produtos elaborados conforme exigência da legislação vigente, bem como assessoramento relacionado à comercialização dos produtos e à legalização dos mesmos junto aos órgãos competentes.

Os produtores que mantiverem a qualidade e a certificação microbiológica de seus produtos com a formulação original, bem como das novas formulações repassadas através da tecnologia desenvolvida na Planta Piloto, poderão comercializá-los com o selo de qualidade fornecido pela Universidade.

2.2.4 O papel do Turismo no espaço rural

Integrando-se ao Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo, o Projeto Turismo Rural é uma das ações empreendidas que vem complementar os princípios básicos do Programa – produção, beneficiamento e comercialização, através da oportunidade da diversificação

econômica, pela introdução do conceito de prestação de serviços de Turismo em área rural.

A introdução deste conceito possibilita novas formas de utilização e dá novas funções ao espaço rural. Denominadas de atividades não agrícolas, as novas formas de utilização e as novas funções agregadas ao meio rural, são atividades do setor terciário, pertinentes à comercialização de serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento.

Podendo ser definido como um tipo de Turismo que permite o contato direto do turista com a cultura rotineira, com o dia-a-dia e com a paisagem do meio rural, o Turismo Rural apresenta uma grande variedade de conceitos:

“A avaliação da literatura existente sobre Turismo Rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural e os programas e ações e empreendimentos nessa áreas”. (Tulik, 1997: 137)

Para Zimmermann (1998), “Turismo Rural são todas as atividades endógenas desenvolvidas no meio natural e humano”. Percebe-se que a concepção e o aproveitamento do espaço rural para o turismo é bastante abrangente. Segundo Tulik (1997), pode-se afirmar que esta modalidade de Turismo “poderia ser, mais precisamente, denominada de Turismo no Meio Rural” ou “Turismo Verde que é aquele desenvolvido em áreas naturais pouco alteradas que possibilitem ao turista o desfrute dos bens culturais e sócioprodutivos”. As duas formas abarcariam de maneira mais correta a grande variedade de alternativas de exploração econômica que o Turismo no meio rural propicia: Turismo Rural propriamente dito, com hospedagem, gastronomia típica e entretenimento através do acompanhamento e/ou da participação nos afazeres cotidianos da propriedade; colha e pague; pesque e pague; Turismo Ecológico; Turismo de Aventura; Turismo Esportivo; Turismo Gastronômico e outras tantas modalidades e tipologias que, geralmente, aparecem de forma complementar, imprimindo um maior grau de atratividade ao produto turístico final.

Desenvolvido junto ao Município de Vale do Sol, cuja principal característica é a sobrepujança do rural sobre o urbano, o Projeto de Turismo Rural enquadra-se com perfeição à denominação de Turismo em Área Rural ou Turismo Verde, ou ainda, justapondo as duas denominações, Turismo Verde em Área Rural. Através do levantamento dos dados de identificação da matéria-prima para a produção da atividade turística, realizado com utilização da metodologia adotada pela Secretaria do Estado do Turismo do Rio Grande do Sul – SETUR, potencializou-se propriedades com recursos variados configurados, basicamente, por composições hidro-

topográficas, por dados histórico-culturais e pela especificidade de algumas atividades produtivas encontradas.

Como recursos naturais prioritários, salientam-se as trilhas e cascatas que, por estarem espacialmente concentradas, facilitarão a sua futura exploração; os morros com potencial para belvederes, montanhismo e outras variadas atividades de lazer. (Fig. 1).

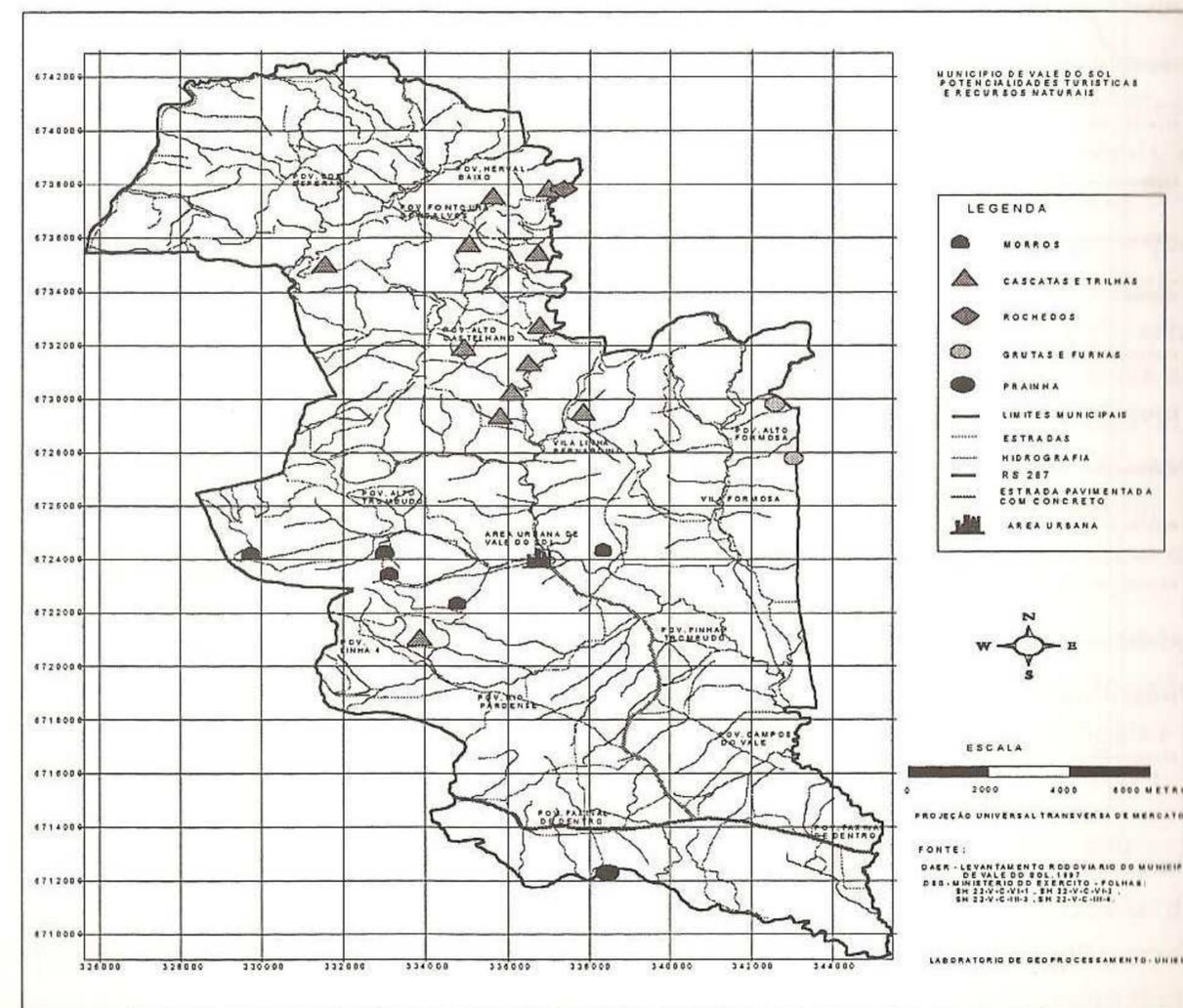


Figura 1: Município de Vale do Sol – Potencialidades Turísticas e Recursos Naturais.

Os recursos culturais prioritários encontram-se naturalmente dispostos no distrito de Formosa. São atrativos históricos e arquitetônicos com potencialidade para recontar a história econômica-cultural do meio rural local do início do século. Ainda no ítem recursos culturais, encontram-se as propriedades com potencial para o desenvolvimento de atividades de acolhida de turistas (hospedagem, alimentação e entretenimento); atividades de visitação a propriedades modelos; propriedades

com produção ecológica; propriedades vocacionadas ao colha e pague e propriedades com criação de aves variadas, plantas ornamentais, essências e outras. (Fig. 2).

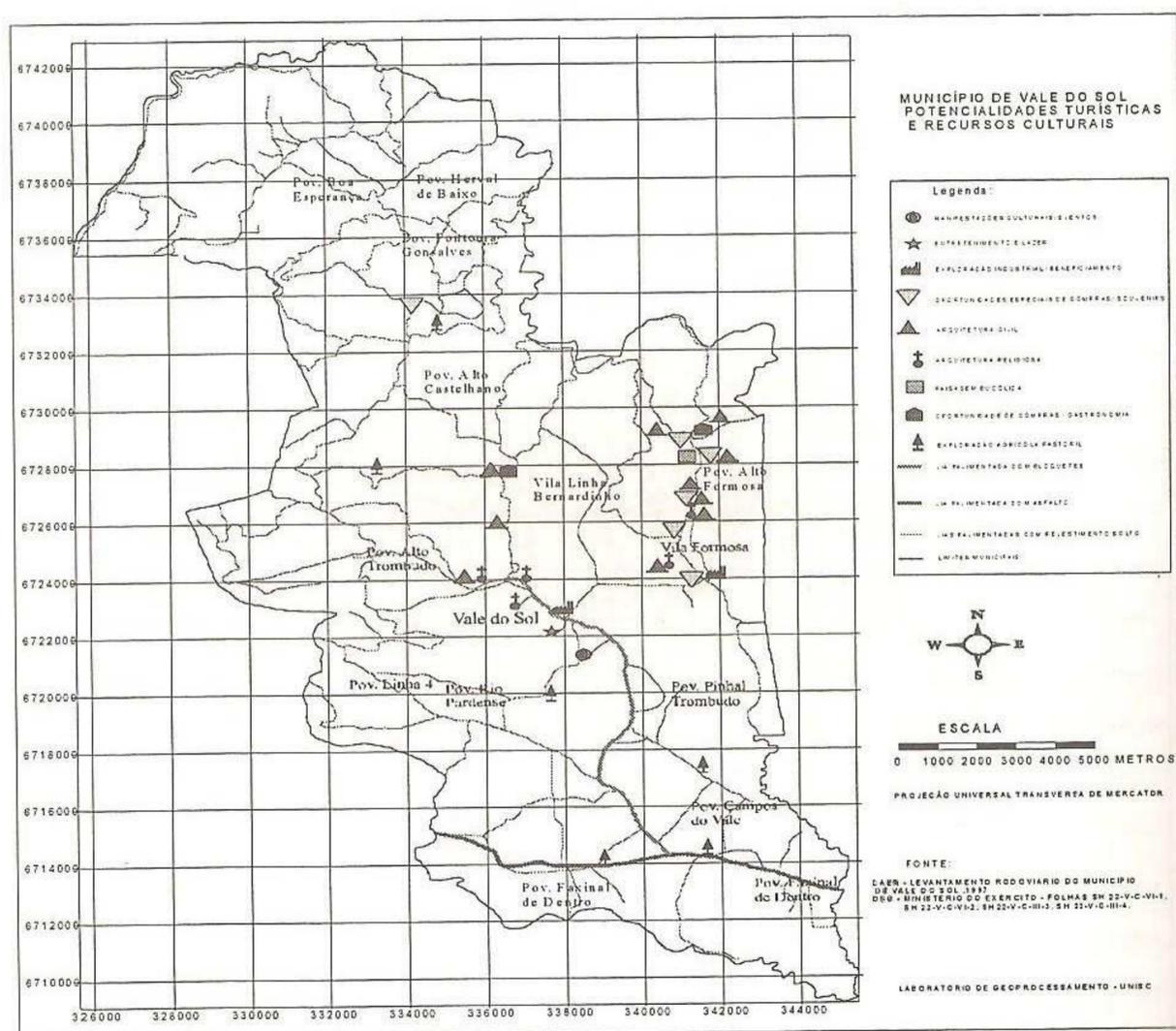


Figura 2: Município de Vale do Sol – Potencialidades Turísticas e Recursos Culturais.

Localizado na Região Colonial do Vale do Rio Pardo, encosta inferior do Nordeste da Serra Geral e, criado no ano de 1992, a partir do desmembramento do Município de Santa Cruz do Sul, Vale do Sol surpreende por sua eminente característica de município rural. Possui área urbana de 2,5 Km² e área rural de 324 Km². Sua densidade demográfica é da ordem de 31,5 habitantes/Km², com população total igual a 10.362 habitantes e população rural de 9.741 habitantes (Dados Municipais, 1998).

Suas 1.771 propriedades minifundiárias, com área média de 15 hectares, são

responsáveis por uma variada produção agrícola de subsistência, que responde por 88% do PIB municipal e onde o principal produto, a exemplo da maioria dos municípios da região, é o fumo.

Todos os fatores elencados permitem-nos afirmar que Vale do Sol está naturalmente vocacionado ao desenvolvimento da atividade turística no meio rural. E, além desta inclinação nata ao turismo, o incremento da atividade está facilitado pela vontade política e popular, pois o Turismo foi eleito pela comunidade como setor prioritário a ser incentivado.

Dessa forma, o Projeto de Turismo Rural para o Município de Vale do Sol é resultado da legítima vontade popular, pois o desenvolvimento turístico vai significar às comunidades agropecuárias uma atividade alternativa geradora de renda e crescimento econômico sustentável. Crescimento sustentável porque a partir dos anos 70, quando aconteceu o despertar para os efeitos predatórios do turismo e que estes representavam o fim da atividade em si, passamos a ter uma atividade turística preservadora, capaz de produzir o desenvolvimento econômico e tecnológico, sem destruir o patrimônio natural e cultural, introduzindo inovações determinantes na melhoria da qualidade de vida, como justificativa de que o patrimônio é intocável.

Ruschmann (1997) considera como desenvolvimento sustentável do Turismo “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade de usufruto dos recursos pelas gerações futuras (World Commission of Environment and Development – 1987)”.

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), desenvolvimento sustentável é “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam, reforçando o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”.

Implantar o turismo rural no Município, capacitando a comunidade rural para a atividade turística sustentável, promovendo o desenvolvimento através da oportunidade de novos negócios aos proprietários rurais, à comunidade e ao *trade* turístico; animar a economia rural, gerando empregos diretos e indiretos; contribuir para a redução do êxodo rural; contribuir para a preservação dos valores sócio-culturais do homem rural, resgatando a auto-estima do “colono” de forma a valorizar a sua herança cultural e o seu orgulho étnico; favorecer o incremento de serviços turísticos no Município, proporcionando novas alternativas de renda às propriedades agropecuárias, preparando-as para o turismo receptivo, através do aproveitamento do potencial agropecuário e turístico do Município. Estas são algumas das propostas pretendidas pelo Projeto que tem, como balizamento de todas suas ações, a máxima de valorizar a cultura local, colocando o homem como agente de seu destino e sujeito ativo de seu desenvolvimento, enquanto cultura expressiva e importante a motivar

o deslocamento humano intencional à procura de cenários diversificados, originais e espontâneos.

2.2.5 A atuação do PRORENDA na agricultura familiar

O Projeto PRORENDA - Agricultura Familiar, atua desde 1998 nos municípios de Vale do Sol, Gramado Xavier, Rio Pardo e Vera Cruz.

O Projeto tem como propostas a dinamização dos atores sociais que atuam no meio rural, não sendo nem uma entidade, nem uma organização a mais no município. O projeto tenciona introduzir no espaço local uma nova forma de trabalhar com maior qualidade e eficiência e com maior profissionalismo.

Neste sentido, foram desenvolvidas ações como cursos para formação de equipes municipais durante o ano de 1998 (48 técnicos capacitados em vários municípios – Vale do Sol, Rio Pardo, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Pantano Grande, Travesseiro, Arroio do Tigre, Capitão e Arroio do Meio); a elaboração dos Planos Estratégicos Participativos Municipais em Vale do Sol e Gramado Xavier, dos quais participaram lideranças rurais, políticas e técnicos municipais. Durante o ano de 1999, serão realizados cursos para lideranças rurais no município de Rio Pardo, envolvendo 47 agricultores(as). Estão programados também cursos para equipes municipais e sobre o trabalho participativo em grupos.

No Município de Vale do Sol trabalha-se com quatro grupos familiares, que estão em fase de planejamento de atividades, englobando tanto prioridades da área social como da área de produção. Como exemplo, um grupo optou pela instalação de uma central telefônica (área social) e na área de produção, por hortigranjeiros ecológicos; já as agricultoras optaram pela indústria caseira (melado e derivados).

No Município de Rio Pardo trabalha-se com quatro comunidades, envolvendo tanto associações de produtores quanto grupos de mulheres. Este município está entrando na fase de planejamento de atividades. Por outro lado, no município de Gramado Xavier atua-se com onze comunidades rurais, abrangendo a totalidade do município. Neste, os grupos estão entrando na fase de definição de prioridades.

O trabalho nos grupos ou comunidades é executado através da metodologia dos dez passos. Numa primeira etapa procura-se mobilizar os agricultores para o trabalho em grupos; numa segunda etapa, faz-se o diagnóstico rural participativo; em etapa posterior, são apresentados os programas e projetos voltados aos agricultores familiares, e consequentemente a definição de prioridades, dos quais resulta um plano de ação do grupo e dos técnicos.

Este processo participativo tenciona fomentar o desenvolvimento da consciência crítica nos grupos de agricultores para que iniciem um processo de autogestão e auto-ajuda. Importante destacar a diferença entre os grupos e/ou

associações¹⁴. Neste sentido, busca-se a participação dos agricultores de forma a prepará-los para intervir nas esferas locais, ao mesmo tempo promovendo a valorização do ser agricultor, permitindo a este valorizar seu espaço e sua opção de vida.

O projeto desta forma, dentro de uma concepção de desenvolvimento local, possui instrumentos e metodologias para dinamizar o meio rural, oferecendo cursos para equipes municipais de desenvolvimento, conselheiros municipais e lideranças rurais.

2.2.6 Comercialização agrícola e desenvolvimento regional

Esta ação trata dos aspectos que interrelacionam o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo com a pesquisa na área da comercialização agrícola. Procurar-se-á demonstrar que o exercício de propor estratégias promotoras do desenvolvimento rural deve estar subsidiado por informações que possibilitem que a produção primária se faça de modo coordenado com o mercado.

Pesquisas nesta área representam um novo rumo da economia agrícola, pois o conceito de desenvolvimento rural não se restringe às atividades diretamente relacionadas à agropecuária. Ademais que, na Região do Vale do Rio Pardo, existe um contingente de agricultores com poucos recursos de terra e capital, sem acesso aos mercados para o escoamento eficiente e rentável de sua produção.

Agricultura e crescimento econômico no Brasil

Tradicionalmente as políticas agrícolas brasileiras representam o objetivo de crescimento dos indicadores associados aos setores urbanos da economia. Mesmo o conhecido processo de “modernização” da agricultura, iniciado na década de 50 e estendendo-se até meados da década 70, constitui-se no estímulo à tecnificação da atividade e do uso intensivo de insumos químicos contidos no então chamado “novo pacote tecnológico” que era apresentado à agricultura.

Tal concepção apresentava o desenvolvimento do setor agrícola como um passo intermediário, necessário à realização do desenvolvimento industrial e do crescimento econômico. Neste aspecto, JOHNSTON e MELLOR (1961), expressando o pensamento típico do modelo norte-americano adotado pelo Brasil,

¹⁴ Grupos e/ou associações – o grupo é uma associação não formalizada, podendo os agricultores(as) de acordo com seus objetivos, sentir a necessidade de criar uma associação. As associações por objetivos são aquelas criadas para atingir um determinado e único objetivo (ex.: recursos financeiros, comercialização etc.), em uma organização nestes moldes, normalmente não se desenvolvem outras atividades e/ou não procuram um desenvolvimento integral de uma comunidade.

ao analisarem o papel do setor agrícola no desenvolvimento econômico, referem-se a este como tendo certas funções a desempenhar. Entre estas funções, pode-se identificar cinco papéis básicos, conforme a visão destes autores:

- liberação de mão-de-obra para o setor industrial;
- fornecimento de alimentos e matérias-primas a preços estáveis (ou decrescentes);
- geração de capital para os empreendimentos industriais nascentes;
- criação de um mercado interno para produtos industriais (principalmente o próprio mercado de insumos agrícolas);
- geração de excedentes exportáveis, capazes de suprir as necessidades de divisas para o financiamento de importações (notadamente de bens de capital) para o incremento do setor industrial.

Não obstante a agricultura brasileira tenha cumprido com a maioria destes papéis a ela atribuídos, soma-se outro, o de constituir-se num mecanismo de estabilização necessário para combater o processo inflacionário que se acelera no último quartel da década de 70. Papel este que ganhou sua expressão máxima nos estudos da corrente estruturalista da Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina e Caribe (CEPAL), enquanto determinante das causas dos processos inflacionários que assolavam os países da América Latina e principalmente o Brasil.

Hoje, a agricultura brasileira encontra-se integrada à indústria. Foram criadas múltiplas relações tecnológicas, produtivas, financeiras e de negócios com os demais setores da atividade econômica, o que fez surgir um conjunto de atividades, agrícolas e industriais, interdependentes, o Complexo Agroindustrial (CAI).

A relação com o setor industrial e comercial

O quadro acima descrito revela a situação de dependência da atividade agrícola ao capital industrial e comercial, configurando uma forte tendência de concentração dos mercados e à especialização. Isto significa que os mercados agrícolas estão cada vez mais sofisticados, e difíceis de serem penetrados por pequenos produtores, que enfrentam estruturas de oligopsonia na hora de vender a sua produção.

As razões pelas quais se estabelece a concentração dos mercados agropecuários, assim como as conseqüências da concentração do setor de *agribusiness* estão esquematicamente demonstradas na Figura 3.



FONTE: NEVES (1999: 52)

Figura 3: Fatores estimuladores à concentração no Agribusiness, seus impactos e formas de contrabalançá-los.

A concentração de mercado leva, segundo a teoria econômica tradicional, ao incremento do poder de mercado das maiores empresas, resultando em preços mais baixos recebidos pelos produtores e preços mais altos dos alimentos adquiridos pelos consumidores urbanos. Mas, apesar da tendência de concentração dos mercados apresentar-se como irreversível, há espaço para os pequenos agricultores, desde que trabalhem com determinados segmentos de mercado. Para tanto, é preciso primeiro conhecer com profundidade as opções que o próprio mercado sinaliza. Ou seja, é preciso que o produtor rural domine ou pelo menos, receba as informações necessárias para orientar corretamente as suas atividades de produção.

O papel do Agribusiness

Apesar da importância econômica do *agribusiness*, os programas que visam a promoção do desenvolvimento rural, historicamente e em diferentes países, têm posto em segundo plano, ou até mesmo desconsiderado, a articulação com o mercado. A ênfase se tem dado na esfera da produção (STEELE *et al*, 1971). O processo de comercialização era considerado como subsidiário e automaticamente acompanharia a evolução da produção agrícola e da demanda urbana. Assim, não haveria necessidade de vincular programas de desenvolvimento rural a pesquisas sobre mercados agropecuários. No entanto, a prática de políticas de estímulo a incrementos da produção agropecuária desacompanhadas de políticas voltadas ao escoamento da produção, mostrou-se ineficiente, alargando a distância entre o produtor rural e o consumidor urbano.

A atividade de levar alimentos e matérias-primas produzidos no campo até os consumidores urbanos, constitui-se no conceito mais simples de comercialização agrícola (Hoffmann *et al*, 1987: 148). Esta atividade, embora aparentemente transparente e de fácil compreensão, constitui hoje um ramo (ou braço) do que se convencionou chamar de *agribusiness*. Mas não se trata de uma questão conceitual ou até mesmo de semântica. O *agribusiness* representa a “evolução” da comercialização agrícola, retirando-a do mundo rural e colocando-a no mundo dos grandes negócios urbanos. O setor de *agribusiness*, entendido como as diversas relações comerciais e os diferentes fluxos que compõem os sistemas (ou cadeias) agroindustriais (SAGs), representado pela *Figura 4*, envolve cerca de 32% do PIB brasileiro e cresce tanto em volume como em grau de concentração.

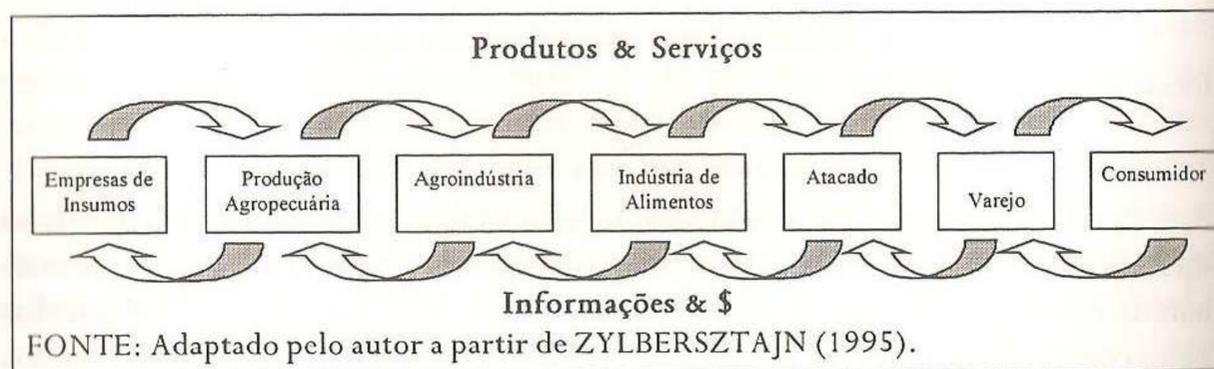


Figura 4: O ambiente do Agribusiness.

Mas qual o vínculo do *agribusiness* com o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural?

À medida que a sociedade se urbaniza, os laços ou vínculos com o meio rural se distanciam. Assim, há uma clara separação entre a produção rural e consumo urbano. Quanto mais urbana é a organização da vida econômica da sociedade, maior é a necessidade de serviços de comercialização (seleção e processamento dos produtos, embalagem, transporte e armazenamento) e, portanto, maior o distanciamento dos produtores rurais do processo de comercialização agrícola (Marques e Aguiar, 1993, p. 32). Ou seja, a evolução e ampliação do *agribusiness* retira dos agricultores, principalmente dos pequenos, o conhecimento e o domínio do processo de comercialização de sua produção. Isto implica em dificuldades na coordenação da produção e redução do poder de barganha dos agricultores, conseqüentemente, implica em menores preços recebidos pela sua produção, dado o poder de mercado dos agentes intermediários.

Isto necessariamente não significa que a produção familiar não possa ser competitiva. É através da sua inserção no “mundo do *agribusiness*” que os agricultores

do Vale do Rio Pardo encontrarão a possibilidade de ter na produção agrícola o elemento integrador à sociedade urbana¹⁵ e ao processo de desenvolvimento econômico e social.

Neste sentido, as ações do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo, no que diz respeito à pesquisa no setor do *agribusiness* regional, visam conhecer a sua estrutura, reunindo informações que possibilitem, em primeiro lugar, selecionar, para as pequenas propriedades rurais da região, atividades mais compatíveis à pequena escala. Para isso, estão sendo levantadas informações capazes de determinar as redes regionais de comercialização, as características da oferta e demanda locais, o comportamento dos preços, os canais de comercialização e as possibilidades de mercado para diferentes produtos de origem agropecuária.

Considerando os elementos econômicos do desenvolvimento rural, principalmente sobre os aspectos que envolvem a comercialização da produção agrícola dos pequenos estabelecimentos rurais da região, há que se incrementar um processo de cooperação estratégica entre pequenas propriedades e instituições de pesquisa no sentido de orientar a produção agrícola destes estabelecimentos, para que encontre espaço num mercado cada vez mais exigente e complexo.

Deve-se visualizar a produção rural familiar sob uma ótica sistêmica, buscando produtos adequados às exigências de consumidores finais, mais diferenciados e, principalmente, pouco suscetíveis a economias de escala (frutas e olerícolas são um exemplo). Estratégias diversas podem ser estabelecidas, neste sentido o próprio programa em consideração dá a orientação geral: produção “ecologicamente correta”. Afora esta estratégia que compõe a raiz do programa em questão, outras estratégias não excludentes e complementares devem ser consideradas, como o uso de denominações de origem, identificação dos produtos como advindos de agricultores familiares. Para tanto, é fundamental a conjugação da produção com as informações de mercado que, para grande parte dos produtores rurais familiares, mostram-se dispersas, inacessíveis ou simplesmente incompreensíveis.

¹⁵ A inserção à sociedade urbana não significa descaracterização da sociedade rural, mas está entendida como a própria projeção da identidade do agricultor sobre aquilo que ele produz. Ou seja, a população urbana passa a identificar o alimento que consome à imagem do produtor rural e este como um elemento integrante da mesma sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p.
- ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. In: *Revista PROPOSTA*, n. 56, março /1993, p. 5-8.
- ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. 323 p.
- ALTIERI, M. A. Bases agroecológicas para una producción sustentable. In: Conferência Internacional Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, 18 a 22.09.1995, Porto Alegre UFRGS, 1995.
- _____. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Tradução Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240 p.
- _____. Una Alternativa dentro del Sistema. In: *CERES - Revista de La FAO*. v. 27, n. 4, 1995. p. 15ss
- BONILLA, José A. *Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida*. São Paulo: NOBEL, 1992. 260 p.
- CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 77-291.
- CORIOLOANO, Luiza Weide M. T. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas - SP: Papirus, 1998 (Coleção Turismo).
- ELHERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.
- EMBRAPA. *Cartilhas do produtor de pêssego*. Pelotas: CNPFT, 1990. 30 p. (Documentos, 36).
- EMBRATUR, Instituto Brasileiro do Turismo. *Manual Operacional de Turismo Rural*, 1992.
- GÓMES OREA, D. *Planificación rural*. Madrid: Editorial Agrícola Española, 1992.
- GUIVANT, J. (Org.) et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995. 220 p.
- HOFFMANN, R. et al. *Administração da empresa agrícola*. São Paulo: Pioneira, 1987. 325 p.

- IAPAR. *Opções tecnológicas para a pequena propriedade*. Londrina: IAPAR, 1985. 46 p. (Documento, 11).
- IPEAS. Instituto de Pesquisas Agronômicas. Seção de Ecologia. *Atlas Agroclimáticos do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1989. v.3.
- JOHNSTON, B. F., MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. *American Economic Review*, September, 1961. Apud ALBUQUERQUE, M. C. C. de, NICOL, R. *Economia Agrícola*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. 335 p.
- KAIMOVITZ, D. El advance de la agricultura sostenible en América Latina. In: Conferência Internacional Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, 18 a 22.09.1995, Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- KITAMURA, P. C. Agricultura e Desenvolvimento Sustentável: uma agenda para discussão. In: *CIÊNCIA E AMBIENTE*, ano IV, n. 6, jan./jun. 1993, p. 37-51.
- MARCEL, J. *Fish culture in ponds*. Aquaculture, volume 2. Ed. Gilbert Barnabé. 1990, p. 593-627.
- MARQUES, P. V., AGUIAR, D. R. de. *Comercialização de produtos agrícolas*. São Paulo: Edusp, 1993. 304 p.
- MALAVOLTA, E. *Manual de calagem e adubação das principais culturas*. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1987. p. 496.
- NAKASU, B. H., FELICIANO, A. J., BASSOLS, M. C. B., NUNES, E. C. Pêssego para mesa e nectarinas. Pelotas: EMBRAPA-UEPAE de Cascata, 1979. 31 p. (Circular Técnica, 1)
- NAVARRO, Manuel G. M. Agroecologia: Bases Teóricas para una Historia Agrária Alternativa. In: *Agroecologia y Desarrollo*. Santiago. Chile: CLADES (Consórcio Latino - Americano sobre Agroecologia y Desarrollo), n. 4, dez. 1992, p. 22-33.
- NEVES, M. F. et al. Concentração no agribusiness: como ficam os consumidores e produtos rurais? *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano 14, n. 150, p. 52-53, abr. 1999.
- NOSSO FUTURO COMUM/Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed., Rio de Janeiro, FGV, 1991. 430 p.
- PORTO, M. P., MIRITZ, B. A., ALVES, F. A. R. Competição de cultivares de milho pós-fumo em plantio direto, em Cristal - RS. In: Reunião Técnica Anual do Milho, 42; Reunião Técnica do Sorgo, 25. Erechim. *Anais...* 1997. p. 147 - 150.

- Projeto PRORENDA – Agricultura Familiar. *Princípios, concepções e filosofia*. Texto Inédito, 1997.
- REIJNTJES, Coen et al. *Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS - PTA, 1994. 324 p.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentado*. Campinas, SP: Papirus Editora, 1997. (Coleção Turismo).
- SETUR, Secretaria de Estado do Turismo. *Fichas para Identificação do Produto Turístico*.
- STEELE, H. L. et al. *Comercialização agrícola*. São Paulo: Atlas, 1971. 445 p.
- TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- TRIGO, E. et al. Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável. In: *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, número especial, 1994, p. 31-97.
- VIEIRA, Paulo F. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995. 220 p.
- VOGTMANN, H., WAGNER, R. *Agricultura ecológica: teoria e prática*. Trad. Carla R. Volkart e Doris H. Pacheco. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 168 p.
- ZIMMERMANN, Adonis. Planejamento e Organização do Turismo Rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio, FROEHLICH, José Marcos, RIEDL, Mário (Orgs.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria, RS: Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e Centro de Ciências Rurais - UFSM, 1998.
- ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de governança e coordenação de sistemas agroindustriais: uma aplicação da nova economia das instituições*. São Paulo: FEA/USP, 1995. (Tese de Livre Docência).